



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**REBECA PIMENTEL NEVES GUIMARÃES**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: A VISÃO DOS DISCENTES EM PROJETOS  
PROBEX DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS CAMPUS I – UFPB**

**JOÃO PESSOA  
2019**

**REBECA PIMENTEL NEVES GUIMARÃES**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: A VISÃO DOS DISCENTES EM PROJETOS  
PROBEX DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS CAMPUS I – UFPB**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Prof.<sup>a</sup>: Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo

**JOÃO PESSOA  
2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

G963r Guimaraes, Rebeca Pimentel Neves.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: A VISÃO DOS DISCENTES EM  
PROJETOS PROBEX DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS CAMPUS I  
- UFPB / Rebeca Pimentel Neves Guimaraes. - João  
Pessoa, 2019.  
68 f.

Orientação: Victoria Puntriano Zuniga de Melo.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Extensão Universitária. 2. ISO 26000. 3.  
Responsabilidade Social. I. de Melo, Victoria Puntriano  
Zuniga. II. Título.


UFPB/BC


**REBECA PIMENTEL NEVES GUIMARÃES**

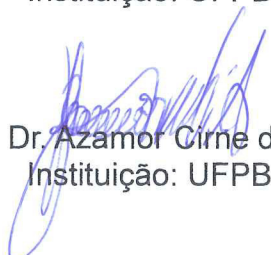
**RESPONSABILIDADE SOCIAL: A VISÃO DOS DISCENTES EM PROJETOS  
PROBEX DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS CAMPUS I – UFPB.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pelo Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Presidente: Profª. Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo  
Instituição: UFPB

  
Membro: Profª. Ma. Edmery Tavares Barbosa  
Instituição: UFPB

  
Membro: Prof. Dr. Azamor Cirne de Azevedo Filho  
Instituição: UFPB

João Pessoa, 30 de abril de 2019.

Aos meus pais, Lúcia e Maurício.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Lúcia, que proporcionou todos os recursos que estavam ao seu alcance, para que eu pudesse estudar e crescer, e por ser a pessoa que está ao meu lado nos momentos mais difíceis.

À minha irmã, Tábatha, por sua disposição em me ouvir e entender durante a realização dessa pesquisa.

À minha orientadora, Victoria, pelas aulas, disposição e pela atenção nas orientações.

À minha grande amiga Angelina pela sua disposição em me ajudar a concluir esse trabalho, além de ser ótima ouvinte conselheira nos momentos de desespero.

A todos que de qualquer forma me ajudaram durante esse processo, sintam-se agradecidos e estimados.

*“A responsabilidade social significa um  
compromisso com a vida.”  
(Dom Viegas)*

## RESUMO

A noção de responsabilidade social se ampliou devido à ideia de que a solução para as questões sociais está relacionada com a forma do desenvolvimento da cidadania. O presente estudo busca expor a importância da Responsabilidade Social vinculada aos propósitos da extensão, que consistem na troca de experiências e o diálogo da academia com a sociedade. O objetivo geral desse trabalho foi verificar a percepção dos alunos extensionistas PROBEX a respeito dos princípios da ISO 26000, diretriz que se refere a diretrizes sobre responsabilidade social observando os objetivos do desenvolvimento sustentável. A pesquisa, quanto aos fins, é exploratória e descritiva e, quanto aos meios, foi bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa, na qual se utilizou questionário eletrônico com questões abertas e fechadas através de Google doc., que verificou a perspectiva dos alunos extensionistas sobre a RS. Por fim, verificamos que os alunos, apesar de não possuírem conhecimento aprofundado sobre o tema, conseguem perceber e apontar as ações voltadas para a RS a partir dos projetos de extensão.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. ISO 26000. Responsabilidade Social.



## **ABSTRACT**

The notion of social responsibility has widened due to the idea that the solution to social issues is related to the form of citizenship development. The present study seeks to expose the importance of Social Responsibility, linking to the purposes of extension, which consists of the exchange of experiences and the dialogue between the academy and society. The general objective of this work was to verify the perception of PROBEX extension students about the principles of ISO 26000, a guideline that refers to guidelines on social responsibility, observing the objectives of sustainable development. The research on the purposes, is exploratory and descriptive and as to the means, the research was bibliographical, documentary and field, with qualitative approach, in which it used an electronic questionnaire with open and closed questions through Google doc., Which verified the perspective of the extension students about RS. Finally, we verified that the students, although they do not have in-depth knowledge about the subject, are able to perceive and point out the actions directed towards RS from the extension projects.

**Keywords:** University extension. ISO 26000. Social Responsibility.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Relação entre a organização, suas partes interessadas e a sociedade.....	18
Figura 2 – Visão holística dos temas centrais da RS .....	25
Gráfico 1 – Com qual gênero você se identifica? .....	34
Gráfico 2 – Contribuição sociedade .....	36
Gráfico 3 – Público alvo .....	36
Gráfico 4 – atuação na redução da pobreza .....	37
Gráfico 5 – A questão de gênero .....	38
Gráfico 6 – Formação profissional com visão socialmente responsável .....	39
Gráfico 7 – Se sim, de que forma? .....	39
Gráfico 8 – Alcança de alguma forma crianças e adolescentes .....	40
Gráfico 9 – Aborda temas como combate a corrupção e fraude .....	41
Gráfico 10 – Conhecimento dos ODS .....	42
Gráfico 11 – Inserção dos projetos com a RS .....	43
Gráfico 12 – Adoção da RS na UFPB .....	44
Gráfico 13 – Formação de redes de comercialização na comunidade .....	44
Gráfico 14 – Evitar impressões e adoção de documentos digitais e mídias regraváveis .....	45
Gráfico 15 – Inclusão de forma geral: gênero, racial ou portadores de necessidades especiais .....	46
Gráfico 16 –Conscientização da importância da RS para as empresas e sociedade .....	46
Quadro 1 – Universo da pesquisa e áreas temáticas .....	32

## LISTA DE QUADRO E TABELAS

Tabela 1 – Percepção dos extensionistas sobre temas trabalhados na RS .....	35
Tabela 2 – Práticas cidadãs contempladas no projeto .....	41

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DFC	Departamento de Finanças e Contabilidade
DS	Desenvolvimento Sustentável
ISO	International Organization for Standardization
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PRAC	Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PROBEX	Programa de Bolsa de Extensão
RS	Responsabilidade Social
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.2	OBJETIVOS .....	14
1.2.1	Objetivo Geral .....	14
1.2.2	Objetivos Específicos .....	14
1.3	JUSTIFICATIVA .....	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	17
2.2	ABNT NBR ISO 26000 .....	20
2.3	ENSINO SUPERIOR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB .....	26
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
3.1	UNIVERSO E AMOSTRA .....	31
3.2	INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS .....	33
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
	<b>APÊNDICE - QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A noção de responsabilidade social se ampliou em decorrência da conscientização da sociedade (pessoas, grupos e organizações) de que as questões sociais e suas possíveis soluções estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento da cidadania (SÍVERES, 2013). Em 1987, o termo Desenvolvimento Sustentável (DS) foi apresentado pela primeira vez no relatório “Nosso Futuro Comum” (também denominado “Relatório de Bruntland”), da Organização das Nações Unidas (ONU) (IBGC, 2015).

Em 1992, no Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92. No evento foi elaborada a Agenda 21, documento apontado pelo portal da UNESCO como um dos quatro mais importantes documentos mundiais da história da educação ambiental.

Em 2010, a *International Organization for Standardization (ISO)*, entidade que coordena a elaboração de normas técnicas Internacionais de diversos assuntos, publicou as Diretrizes sobre Responsabilidade Social na ISO 26000. O entendimento é que Responsabilidade Social (RS) aplica-se a todos os tipos e portes de organizações: privadas, públicas ou organizações sem fins lucrativos, sejam elas pequenas, médias ou grandes.

A definição da RS, cunhada pela ABNT NBR ISO 26000 e também adotada na norma brasileira ABNT NBR 16001, está em conformidade com o entendimento da ISO que, em seu texto, fornece orientações sobre os princípios subjacentes à responsabilidade social: *accountability*; transparência; comportamento ético; respeito pelos interesses das partes interessadas; respeito pelo estado de direito; respeito pelas normas internacionais de comportamento e respeito pelos direitos humanos.

A universidade além de espaço de criação e reprodução dos conhecimentos, tem função de fornecer aos estudantes e a sociedade, instrumentos e modelos para a construção de uma sociedade mais igualitária e ética. Desta forma a responsabilidade social, que é foco da ISO 26000 está presente na prática extensionista.

Nesse contexto, temos que a evolução da educação para a sustentabilidade, é um tema de grande importância, tomamos a extensão universitária, foco desse trabalho, que é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre

universidade e sociedade (RODRIGUES, 2015). A extensão universitária, foco desse trabalho, é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (RODRIGUES, 2015).

Para a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), o Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX), sendo um dos projetos de extensão mais antigos, se constitui em apenas uma dentre várias estratégias da política de extensão universitária na UFPB. Desta forma, nesta pesquisa utilizou-se apenas do edital PROBEX 2018.

Diante do exposto, esse estudo se propõe a responder à pergunta: **Como os extensionistas de Ciências Contábeis participantes do PROBEX ofertados pelo DFC percebem a partir dos projetos a responsabilidade social à luz da ISO 26000?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Descrever a percepção dos extensionistas do curso de ciências contábeis sobre a atuação dos projetos PROBEX propostos pelo Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC) em torno da responsabilidade social de acordo com os princípios inseridos na ISO 26000.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Verificar a aplicabilidade da ISO 26000 na extensão universitária;
- b) Identificar o grau de conhecimento dos extensionistas de ciências contábeis, nos projetos PROBEX que tenham como unidade proponente o DFC o acerca da Responsabilidade Social, no âmbito dos projetos.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se deu devido a minha participação em um intercâmbio, na Alemanha, em parceria com a Assessoria de Assuntos internacionais da UFPB, onde pude perceber a diferença de concepção dos estudantes na Alemanha e no Brasil quanto a responsabilidade social.

Essa experiência me instigou a pesquisar a percepção do futuro profissional de contabilidade e do seu papel na sociedade, além das questões técnicas que envolvem sua profissão, em virtude da exigência de uma sociedade cada vez mais responsável com a cidadania, considerando que a sociedade funciona de forma recíproca.

O capítulo 36 da Agenda 21, intitulado “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”, estabelece o ensino como “um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades” [...]. E que também é fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o DS e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. (BRASIL, 2019)

Para Marion (2004), a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Nesse contexto torna-se indispensável para assegurar o controle e planejamento apropriado, elaborando relatórios com informações pertinentes aos gestores. De forma que seja possível a análise dos efeitos que as políticas voltadas a sustentabilidade causam, podendo também verificar quais os determinantes econômico-financeiros (PENA, 2017).

Para a ISO 26000 (2010), o termo *accountability* diz respeito à organização prestar contas e se responsabilizar por seus impactos na sociedade e no meio ambiente. Além da comunicação e respostas às partes interessadas em relação a suas decisões, ações e desempenho. Responsabilização compreende a maneira pela qual uma organização define a estratégia e gerencia o desempenho. (ACCOUNTABILITY, 2018).

O atual projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis na UFPB (PPC CC UFPB), atualizado no ano de 2015, tem como missão: “formar profissionais e pesquisadores capazes de contribuir fortemente para o contínuo aperfeiçoamento da



qualidade de vida da sociedade [...] com a produção e disseminação de conhecimentos”. O seu compromisso é com a formação universitária, com uma “científica compreensão política do mundo em nossos tempos para os problemas da multi e interdisciplinaridade a procura de novos talentos, a inserção ocupacional de seus alunos e a formação dos diplomados” (PPC CC UFPB, 2015).

A responsabilidade social universitária é um tema contemporâneo, cujas ações dependem do compromisso dos professores e colaboradores do projeto (extensionistas, funcionários, bem como participantes externos), embora os funcionários também possam ser proponentes. Todas essas ações se concretizam quando ocorrem extramuros. A extensão, como parte do processo educativo, constitui um elo entre a sociedade e a academia.

A prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico de recuperação da função social universitária (FORPROEX, 2000).

Justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa uma vez que busca relatar a percepção dos extensionistas do curso de Ciências Contábeis vinculados aos projetos de extensão PROBEX, propostos pelo DFC, quanto os princípios da responsabilidade social, os quais são orientados na ABNT NBR ISO 26000, buscando evidenciar a importância do papel da extensão no ensino superior nos aspectos da qualificação na formação, em âmbito acadêmico, profissional e social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentadas as bases teóricas que darão sustentação ao presente trabalho de pesquisa distribuídas em três tópicos. O primeiro apresentará os conceitos de responsabilidade social, o segundo abordará a ISO 26000 e seus princípios e propostas e, por fim, o terceiro discorrerá sobre a extensão universitária e seu papel na formação profissional e sua aplicação.

### 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

O termo responsabilidade social vem sendo utilizado em vários sentidos e permite muitas interpretações. A palavra responsabilidade se origina do latim *responsus* ou *respondere*, que significa responder, comprometer-se ou prometer em troca. Social está relacionado à interação dos organismos vivos e sua interação coletiva (INMETRO, 2015).

No passado, a atenção à responsabilidade social foi primeiramente focada nos negócios. Considera-se como alicerce para a fundamentação da proposta de Adolf Berle e Gardiner Means (B&M), através da publicação *The Modern Corporation and Private Property* (BERLE E MEANS, 1932).

No contexto pós quebra da bolsa de Nova Iorque da década de 30, os economistas americanos Adolf Berle e Gardiner Means, no clássico *A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada*, apontaram a lacuna que passou a existir entre os proprietários da companhia – os acionistas – e os detentores do controle sobre sua gestão. Os estudos de Berle e Means (1932), ao apontarem a “revolução definitiva e irreversível” a que a estrutura da propriedade privada nas sociedades se submetera, concluem que companhia moderna não deve servir apenas aos proprietários ou aos detentores do controle sobre a gestão, mas também, a toda coletividade. Desta forma, os poderes e a responsabilidade para balancear e atender aos diversos interesses de acionistas, fornecedores, credores, consumidores, entre outros, recaem no titular do controle sobre a gestão (PAIVA, 2013).

Neste cenário nasce então a responsabilidade social corporativa – também chamada consciência corporativa, cidadania corporativa, performance social ou negócios de responsabilidade sustentável - definida como forma de auto regulação corporativa integrada ao modelo de negócio (PAIVA, 2013).

O desenvolvimento da responsabilidade social inicialmente se deu no âmbito corporativo, porém a medida que a sociedade tomou consciência que os modelos de

desenvolvimento das questões sociais não são de responsabilidade exclusiva dos governos e das corporações, são também de responsabilidade do cidadão, ela foi expandida.

Um modelo de gestão definido pela relação entre a ética e transparência com todos os *stakeholders* e metas empresariais preocupadas com o desenvolvimento sustentável da sociedade, o cuidado com os recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (DAHLSRUD, 2007).

Um dos maiores desafios que o mundo enfrenta neste milênio é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente (TACHIZAWA, 2017). Essa interação entre sociedade, organização e as partes interessadas gera expectativas, interesses e impactos, como mostra a figura 1 abaixo:

**Figura 1 – Relação entre a organização, suas partes interessadas e a sociedade**



Fonte: ABNT NBR ISO 26000 (2010 p.15)

Cabem às organizações, os grupos de indivíduos e instituições, propor políticas para permear as ações da empresa à responsabilidade, encorajando impactos positivos no ambiente, consumidores, empregados, comunidades,

*stakeholders* e outros membros da esfera pública que sejam afetados ou tenham interesse nas atividades (PAIVA, 2013).

A meta da responsabilidade social é o desenvolvimento sustentável. Isso quer dizer que as instituições e os indivíduos devem incorporar considerações socioambientais em seus processos decisórios e a *accountability* pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente (ABNT NBR ISO 2600, 2010).

Diante do exposto, é salutar afirmar que a Sustentabilidade se associa diretamente com a Governança Corporativa, o que pode ser constatado quando se observa os princípios balizadores das boas práticas, ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade social corporativa (LOPES; BERNARDES; LARA, 2009).

Sobretudo quando se enfatiza a ética, princípio este inerente à sustentabilidade, ajudando assim a melhor entender a fusão da Governança Corporativa com as preocupações sustentáveis (ELKINGTON, 2006).

Em suma, a governança corporativa é um elemento chave para que as empresas consigam melhor desempenho e, junto com a sustentabilidade, que pode ser entendida como uma estratégia corporativa, de performance que possibilita a competitividade das organizações aumentar. Ou seja, a governança corporativa, ao incorporar os aspectos econômico, ambiental e social, é essencial para a criação de valor das empresas (KOCMANOVÁ; HŘEBÍČEK; DOČEKALOVÁ, 2011).

Verifica-se aí uma forte interação entre governança corporativa e a sustentabilidade, pois ambas são fundamentais para a continuidade de qualquer organização (ARAS; CROWTHER, 2008), servindo também como mecanismos legitimados utilizados para comunicação com todas as partes interessadas (MICHELON; PARBONETTI, 2012).

Em definição dada pelo IBGC (2015, p. 20), “governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

Podemos perceber que a governança corporativa apesar de estar focada nas organizações concebemos tais princípios aplicados em diversos aspectos da

sociedade em geral principalmente no que diz respeito a prestação de contas e a responsabilização sobre as ações dos agentes sociais.

Apresentar processos e estruturas de tomada de decisão, controle e delegação de competências, com vistas a incorporar a responsabilidade social à atuação cotidiana (PAIVA, 2013). Pode compreender tanto os mecanismos formais de governança, com estrutura e processos definidos, como mecanismos informais, a partir da cultura e dos valores da organização, geralmente influenciados pelos seus líderes. Sendo assim, é função crucial em todo tipo de organização (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

A visão de que a responsabilidade social se aplica as instituições de todos os setores surgiu conforme diferentes tipos de organizações reconheceram que também tinham responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável. Fatores como a maior mobilidade e acessibilidade, assim como a crescente disponibilidade de comunicação instantânea, tem resultado em um aumento no impacto de diferentes tipos de organizações, sejam privadas, as ONG e o governo, as comunidades e o meio ambiente (ABNT NBR ISO 2600, 2010).

Embora a literatura consultada aborde governança corporativa empresarial, o conceito se aplica as demais instituições, indivíduos e grupos de indivíduos e partes interessadas.

## 2.2 ABNT NBR ISO 26000

A ISO 26000 foi concebida para ser a primeira norma internacional de responsabilidade social. A construção da norma se deu durante uma reunião do Comitê de Política de Consumidores, em 2001, onde se cogitou, pela primeira vez, a criação de uma norma global de Responsabilidade Social Corporativa. No entanto, o documento só passou a ser discutido em 2005. Desde então, uma série de encontros do comitê organizador já ocorreram em diversas partes do mundo. A norma internacional tem a proposta de servir como um importante norte para as corporações e não como uma certificadora.

Sua elaboração teve a participação de diversos setores da sociedade, em todo o mundo e foi liderada por um brasileiro: o engenheiro Jorge Cajazeira, gerente corporativo de competitividade da Suzano Papel e Celulose, responsável pelo Grupo

de Trabalho e Responsabilidade Social da *International Organization for Standardization* (INMETRO, 2018).

A ISO 26000 foi elaborada pelo ISO/TB *Working Group on Social Responsibility* (ISO/TMB WG SR) por meio de um processo *multi-partite* que envolveu especialistas de mais de 90 países e 40 organizações internacionais ou com ampla atuação regional envolvidas em diferentes aspectos da responsabilidade social. Esses especialistas vieram de seis diferentes grupos de partes interessadas: consumidores; governo; indústria; trabalhadores; organizações não governamentais (ONG); serviços, suporte, academia e outros. Além disso buscou-se o um equilíbrio entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, assim como equilíbrio entre gêneros (ABNT NBR ISO 26000, 2010, p.5).

A versão final foi publicada no final de 2010. O documento tem como objetivo traçar diretrizes para ajudar instituições de diferentes origens na implantação e desenvolvimento de políticas baseadas na sustentabilidade (ISO, 2010). A definição cunhada pelo documento, e também adotada na norma Brasileira ABNT NBR 16001, é a de que a Responsabilidade Social:

É a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que: contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive para a saúde e o bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com a legislação aplicável; seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações. (INMETRO, 2015, p.10)

A responsabilidade social corporativa visa ajudar no cumprimento da missão organizacional, como também servir de guia para definir as preocupações da empresa e o que ela oferecerá aos seus consumidores. Apesar dos esforços acadêmicos para conceituá-la há diferenças de entendimento. Paiva (2013) cita que as divergências impossibilitavam a comparação entre programas e estudos, e impediam a sugestão de práticas com maior convergência. Logo, é de grande importância a definição internacional dada pela norma ISO 26000 (2010) de Diretrizes em Responsabilidade Social.

O documento assume que o objetivo do Desenvolvimento Sustentável (DS) é atingir um estado de sustentabilidade para a sociedade como um todo e para o planeta. A responsabilidade social, por sua vez, tem como foco as organizações e refere-se às responsabilidades que elas têm para responder às expectativas hoje

expressas na sociedade. Devem, portanto, ter como princípio contribuir para o DS (IBGC, 2015).

A norma contém diretrizes, orientações e não é um padrão para fins de certificação, conforme será comentado nos parágrafos a seguir. O escopo, definido na seção 1, não envolve o uso contratual ou regulatório, pois se tratam de diretrizes com caráter voluntário e identifica ainda limitações e exclusões.

Na seção 2, fornece a definição de termos-chave para a compreensão da Responsabilidade Social (RS) como a apresentação propriamente dita do tema. Na 3, apresenta o próprio conceito e delinea os elementos e condições importantes que motivam a promoção da RS e que afetam a natureza e a prática. Na parte 4, introduz e explica os princípios norteiam a RS:

- *Accountability*;
- Transparência;
- Comportamento Ético;
- Consideração pelas partes interessadas (*Stakeholders*);
- Legalidade (respeito pelo Estado de Direito);
- Normas Internacionais (respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento);
- Direitos Humanos

O primeiro princípio é definido pelo termo em inglês *accountability*, devido à originalidade, não há traduções diretas para o português. Buscando uma compreensão melhor do conceito, relaciona-se ao ato de assumir a responsabilidade por ações, decisões e atividades, respondendo pelos seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente.

Prestando contas aos órgãos de governança tanto da própria organização quanto externos, autoridades legais e demais partes interessadas esclarecem as medidas tomadas para evitar a repetição dos impactos negativos (INMETRO, 2015).

A transparência visa conceder às partes interessadas informações sobre os fatos que possam afetá-las, transmitidas de forma acessível, clara, precisa, oportuna, honesta, completa e em prazos adequados. Devem servir de base para

avaliação dos impactos das atividades da organização em seus interesses (INMETRO, 2015).

O princípio do comportamento ético ressalta que se deve agir de modo aceito como correto pela sociedade - com base nos valores da honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza - e de forma consistente com as normas internacionais de comportamento (PAIVA, 2013).

O respeito pelos interesses das partes interessadas (*Stakeholders*), em princípio, abrange ouvir, considerar e responder aos interesses das pessoas ou grupos que tenham alguma ligação nas atividades da organização ou por ela possam ser afetados (PAIVA, 2013).

Também são considerados *stakeholders* aqueles que não têm o conhecimento, que podem ter seus interesses afetados pelas organizações, como é o caso das futuras gerações, ou por aqueles que não falam por si mesmos e são representados por outros grupos que defendem as causas sociais ou representam grupos vulneráveis (INMETRO, 2015).

O princípio: “respeito pelo Estado de Direito”, tratado pelo documento como o quinto princípio norteador, convém que as organizações cumpram integralmente as leis e regulamentos do local onde estão operando, mesmo que essas não sejam fiscalizadas adequadamente (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

No mesmo sentido, o respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento busca a adoção das prescrições de tratados e acordos internacionais favoráveis à responsabilidade social, mesmo que não haja obrigação legal.

O último princípio, respeito aos Direitos Humanos, reconhece a importância e universalidade, ou seja, afirma que eles são aplicáveis em todos os países, culturas e situações de forma unívoca. Convém que em suas atividades, as organizações não agredam os direitos humanos de forma direta ou indiretamente, zelando pelo ambiente econômico, social e natural. Como também, tomem medidas para que em situações onde não estejam protegidos, evitem tirar vantagens dessas situações (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

São considerados a base, o fundamento condicional para todas as relações da sociedade, independentemente de cultura, tradição ou país (INMETRO, 2015). Os direitos humanos são construções históricas destinadas a se alcançar a paz entre os povos, bem como garantir a dignidade humana (NEVES, 2015).



A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, foi adotada pela assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Ela estabelece a base para legislação dos direitos humanos e seus elementos representam direito internacional costumeiro, obrigatório para todos os Estados, indivíduos e organizações. Na ISO 26000, os direitos humanos estão divididos em duas categorias:

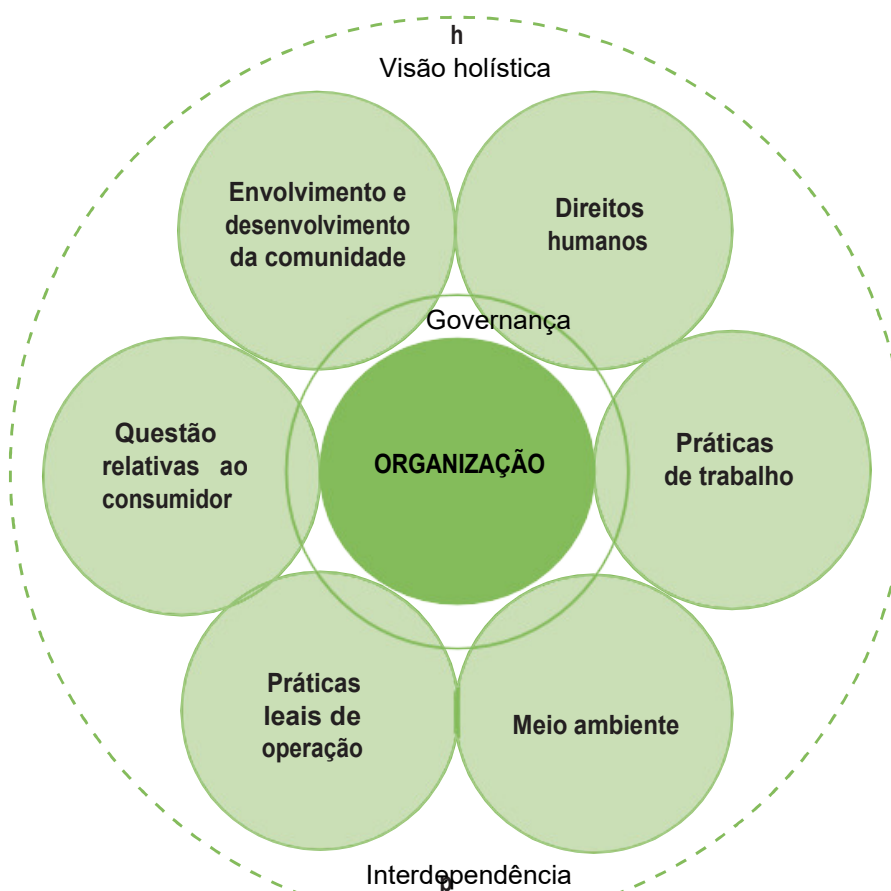
A primeira categoria refere-se aos direitos civis e políticos, como direito à vida e à liberdade, igualdade perante a lei e liberdade de expressão. A segunda categoria refere-se aos direitos econômicos, sociais e culturais e inclui direitos como direito ao trabalho, o direito à alimentação, o direito ao mais alto possível padrão de saúde, o direito a educação e o direito a seguridade social (ABNT NBR ISO 26000, 2010, p.24).

Nesse contexto, o documento apresenta possíveis situações, tais como a *due diligence*, que é o processo para identificar os impactos sociais, ambientais e econômicos negativos, reais e potenciais ao longo do ciclo de vida de um projeto ou atividade, visando mitigar ou evitar impactos (INMETRO, 2015).

Apresenta ainda, questões que colocam em risco os direitos humanos, como discriminação e grupo de vulneráveis que, para a ISO 26000, são os indivíduos que compartilham uma ou várias características ou circunstâncias adversas sociais, econômicas, culturais, políticas ou de saúde e que os privam de meios para gozar seus direitos ou igualdade de oportunidades.

Os princípios são trabalhados no documento em temas centrais e as questões que envolvem cada tema, devido a sua interdependência, tem a abordagem holística como mostra a figura 2:

**Figura 2 – Visão holística dos temas centrais da RS**



Fonte: INMETRO (p.23, 2015)

Conforme figura 2, os temas centrais abordados na ISO 26000 são: a governança organizacional, direitos humanos, práticas de trabalho, meio ambiente, práticas leais de operação, questões relativas ao consumidor, envolvimento e desenvolvimento da comunidade. Os temas centrais de governança organizacional e direitos humanos já foram descritos anteriormente

O tema das práticas de trabalho é aplicável tanto a emprego direto, terceirização e contratação de trabalhadores autônomos. Inclui, além de disposições típicas – emprego x trabalho; condições de trabalho e saúde e segurança no trabalho – orientações sobre proteção e diálogo social, desenvolvimento humano e treinamento (PAIVA, 2013).

As práticas de trabalho incluem também o reconhecimento de organizações e de representantes de trabalhadores e a participação de organizações trabalhistas e patronais em negociação coletiva, diálogo social e consultas tripartites (sociedade, organizações e meio ambiente), para tratar de questões sociais relativas ao trabalho (ISO 26000, 2010).

As questões relativas ao meio ambiente estão fortemente ligadas aos outros temas e assuntos centrais da responsabilidade social. A diretriz evidencia que à medida que a população mundial cresce o consumo aumenta, incrementando-se também as ameaças à segurança humana, à saúde e o bem-estar da sociedade. (ABNT NBR ISO 26000, 2010). Orienta ainda à educação e capacitação sobre a prevenção de poluição, mudanças climáticas, uso sustentável de recursos, proteção à biodiversidade.

As práticas leais de operação referem-se a uma conduta ética nos negócios da organização com outras instituições, abrangendo discussões acerca de envolvimento político responsável e práticas anticorrupção, lealdade de concorrência, propriedade intelectual e a responsabilidade social na cadeia de valor (ISO 26000, 2010).

Questões relativas ao consumidor referem-se ao marketing leal e práticas contratuais justas, proteção à saúde e à segurança do consumidor, consumo sustentável, atendimento e suporte ao consumidor com necessidades especiais, solução de reclamações e controvérsias, proteção e privacidade dos dados do consumidor, acesso a produtos e serviços essenciais, educação e conscientização. (ISO 26000, 2010).

Envolvimento e desenvolvimento da sociedade remetem ao vínculo de uma organização com a comunidade pela sua inserção. Para isso, deve-se reconhecer que a organização é uma parte interessada na comunidade e se identifica com demandas em comum (ISO 26000, 2010)

Pressupõe o reconhecimento e valor da comunidade visando à promoção de saúde, educação e cultura, geração de emprego e capacitação, acesso a tecnologias e desenvolvimento tecnológico, geração de riqueza e renda e investimento social.

## 2.3 ENSINO SUPERIOR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB

A universidade pública nasceu como uma instituição social voltada às necessidades da sociedade. Sobrinho (2005, p.170) enfatiza:

A educação superior é um patrimônio público na medida em que exerce funções de caráter político e ético, muito mais que uma simples função

instrumental de capacitação técnica e treinamento de profissionais para as empresas. Essa função pública é sua responsabilidade social.

Nesse contexto, a universidade além de espaço de criação e reprodução dos conhecimentos, tem função de fornecer aos estudantes e a sociedade, instrumentos e modelos para a construção de uma sociedade mais igualitária e ética. Desta forma, a responsabilidade social, que é foco da ISO 26000, está presente na prática extensionista. Essas transformações poderão modificar o processo de ensino – aprendizagem.

A promoção do ensino socialmente responsável abarcaria a formação de indivíduos qualificados para a inclusão no mercado de trabalho e igualmente a formação de indivíduos críticos, moralmente competentes, capazes de tomada de decisão frente a questões éticas, não apenas considerando uma questão deontológica, mas também seus contextos pragmáticos, morais e sociológicos (BÓLAN; MOTTA, 2008, p.17).

Discutir a responsabilidade social universitária é um tema atual, visto que nossas ações dependem do compromisso com o público interno e externo (SILVA, 2012).

A capacidade que tem a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores gerais e específicos, por meio de quatro processos considerados essenciais, quais sejam, gestão, docência, pesquisa e extensão universitária. Comprometendo-nos, assim, do ponto de vista social, com a própria comunidade universitária e com o país que se insere (LA JARA; FONTECILLA; TRONCOSO, 2006, p. 63).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras elabora o Plano Nacional de Extensão Universitária, que teve o Programa Universidade Cidadã como ponto de partida para a elaboração e atribuiu um novo significado a extensão universitária numa perspectiva cidadã, apresentando os seguintes objetivos:

Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade; dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda; estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e

interprofissionais de setores da universidade e da sociedade; enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância; considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais; inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista; valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional; tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade; criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país, (FORPROEX 2012, p.5)

O Fórum de Pró-Reitores define, em sua primeira reunião, a extensão universitária como sendo:

A extensão universitária é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido aquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social, (FORPROEX 1987 apud NOGUEIRA, 2000, p.11-12).

Na definição do papel assumido pelas universidades, e considerando os pressupostos da Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que enfatiza como finalidade da educação superior estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, a extensão universitária favorece esse processo da troca de saberes universidade – comunidade.

O Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (PNE) traz que a extensão universitária, como um processo educativo, viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. Tem como uma das estratégias, estimular a formação de consórcios entre universidades públicas, desenvolver a atuação regional, permitindo maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2019). Possui como meta 12 para o tópico

12.7: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2019, n.p.).

Na UFPB, a PRAC tem a função de coordenar a política de extensão fundamentando-se nos princípios de extensão como um trabalho acadêmico e social que promove à produção e a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade, à formação de cidadãos conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania (PRAC, 2018).

Todas as ações de Extensão Universitária estão classificadas em Áreas do Conhecimento, tendo por base as definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia / Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes.

A classificação das ações de extensão se dá segundo a área temática definida em edital. Sendo estas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. Devem estar em consonância ao assunto que é abordado no projeto e, mesmo que no conjunto das áreas não se encontre uma correspondência absoluta com a ação, a mais aproximada tematicamente deverá ser a escolhida.

A finalidade da classificação é a sistematização de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da Extensão Universitária brasileira segundo agrupamentos temáticos, bem como, a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática. No edital 2019 do PROBEX, o artigo V divulga que as linhas de atuação da extensão devem estar em conformidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU), conforme abordado no ponto 2.3 deste trabalho.

O PPC do curso de Ciências Contábeis do Campus I da UFPB traz como justificativa para sua elaboração os desafios na conjuntura global da educação superior, tendo em vista as atuais condições para o exercício da profissão contábil. O documento ainda traz como argumento as mudanças sociais, econômicas e a necessidade de construção do conhecimento de forma continuada e interdisciplinar (UFPB, 2015).

De forma que o futuro graduado esteja preparado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional, bem como, preparar profissionais aptos para a sua inserção no campo do desenvolvimento, em seus diversos segmentos: econômicos, culturais, políticos, científicos, tecnológicos, entre outros (UFPB, 2015).

A atual grade curricular do curso de Ciências Contábeis contempla, dentre as atividades complementares obrigatórias, a extensão universitária como alternativa em um leque de atividades, para uma formação mais ampla, de forma que o aluno mantenha o contato com situações reais da comunidade onde se desenvolve o projeto de extensão.

### 3 METODOLOGIA

Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a taxonomia apresentada por Vergara que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa foi exploratória e descritiva. Exploratória porque, embora a UFPB seja uma instituição “com tradição e alvo de pesquisas em diversas áreas de investigação” (VERGARA, p.48, 2016), o tema extensão universitária e responsabilidade social ainda é pouco estudado. Descritiva já que visa descrever percepções dos estudantes extensionistas.

Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica porque, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, realizou-se investigação sobre os seguintes assuntos: a evolução da responsabilidade social e a extensão universitária. A investigação foi também documental porque lidou com documentos da ONU, ISO, INMETRO, UNESCO e UFPB que dizem respeito ao objeto de estudo. A pesquisa foi de campo que, segundo Vergara (2016) “é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa é qualitativa. De acordo com os autores Fraser e Gondim (2004, p. 8):

Na abordagem qualitativa, o que se pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo. Em outras palavras é dar voz ao outro e compreender de que perspectiva ele fala.

A proposta deste trabalho é descrever a percepção dos extensionistas em relação às práticas de responsabilidade social nos aspectos orientados pela ISO 26000 e que estão de acordo com os ODS propostos pela ONU. Dessa forma, se realizou pesquisa utilizando o método qualitativo.

#### 3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa é formado pelos alunos vinculados aos projetos PROBEX ofertados pelo DFC e matriculados no curso de Ciências Contábeis. A proposta inicial abrangia todos os cursos do CCSA e a realização de um grupo focal,



porém pela dificuldade na confirmação para a realização do grupo focal foi estabelecido um questionário eletrônico no Google doc. E o universo foi definido apenas para o curso de Ciências Contábeis diante das escassas respostas obtidas nos outros cursos.

Nessa redefinição o universo desta pesquisa foi composto por 39 extensionistas, conforme Tabela 1 abaixo, e foi elaborada através dos dados coletados SIGAA – UFPB, referente ao edital PROBEX. Mostra as áreas temáticas em que cada projeto está inserido, como também, o nome de cada projeto e a quantidade de alunos vinculados aos mesmos, separando quando bolsistas e voluntários e distinguindo o gênero dos participantes.

**Quadro 1: Universo da pesquisa e áreas temáticas**

Área Temática	Projetos	Extensionistas	Bolsista	Voluntários	Fem	Masc
Educação	Educação financeira para toda a vida 2018	8	2	6	3	5
	Exame de suficiência contábil: a multiplicação do conhecimento em ciências contábeis	3	1	2	0	3
	A utilização da contabilidade de custos no processo de tomada de decisão	2	0	2	0	2
	Olímpiadas internas de contabilidade da UFPB	10	0	10	6	4
Comunicação	Assessoria de extensão do CCSA	3	2	1	1	2
Justiça e direitos humanos	Acesso à informação e transparência pública	8	1	7	4	4
Saúde	Impactos financeiros no tratamento de pacientes com câncer	5	1	4	3	2
<b>TOTAIS</b>		<b>39</b>	<b>7</b>	<b>32</b>	<b>17</b>	<b>22</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A amostra é composta de 20 respondentes extensionistas do curso de ciências contábeis, por acessibilidade no âmbito desses sete projetos conforme quadro 1, equivalendo a 51,28% do universo pesquisado. De forma que é representativa para os fins desta pesquisa.

### 3.2 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Para a coleta dos dados foi utilizada questionário remetido por meio eletrônico no Google Docs. O questionário foi encaminhado para os professores responsáveis pelos projetos através de *e-mail* e aplicativo *WhatsApp*, com o intuito que os mesmos repassassem para seus alunos. Também foram enviados *e-mails* para os alunos que constam como inscritos nos projetos, conforme dados disponíveis no SIGAA, nos endereços de *e-mail* disponíveis em sistema.

O questionário foi dividido em duas seções, a primeira define o perfil dos respondentes: gênero, faixa etária, se bolsista ou voluntário e a área de atuação do projeto. A segunda parte busca identificar a percepção dos participantes sobre o tema responsabilidade social que foi construído observando os princípios verificados na ISO 26000.

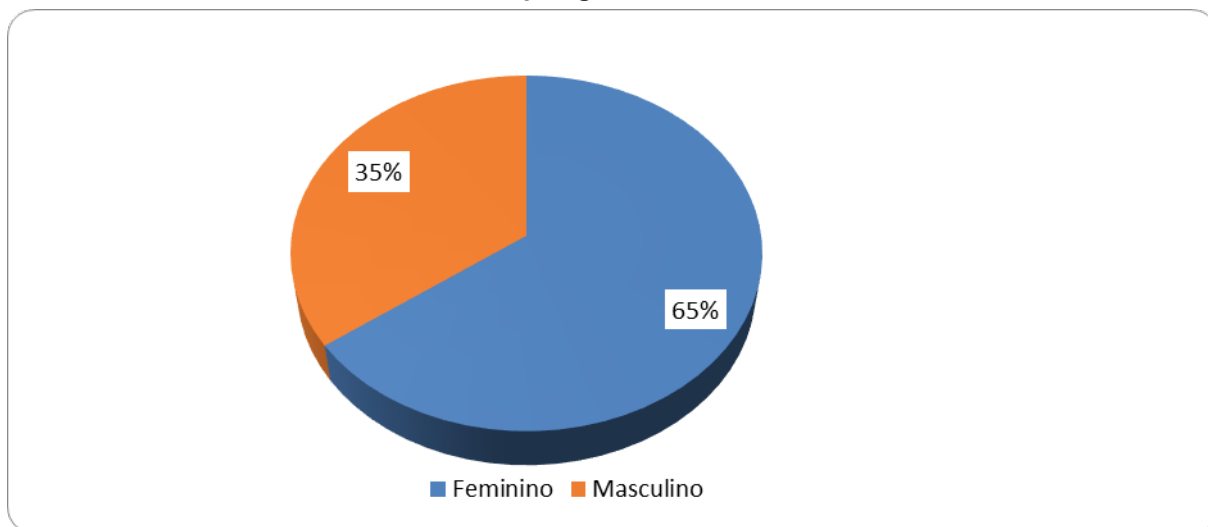
O instrumento de coleta contém 22 questões: 11 questões fechadas, 8 questões abertas, 3 questões de múltipla escolha e 6 de escala *likert*. No questionário não foi perguntado expressamente a qual projeto o respondente pertencia para preservar a identidade do mesmo e evitar que fosse um empecilho para obtenção das respostas.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Em relação aos discentes do curso de Ciências Contábeis na UFPB *campus* I, constatou-se que há uma discreta predominância masculina correspondendo cerca de 58% dos alunos com matrícula ativa, enquanto 42% representam o gênero feminino, de acordo com dados fornecidos pela coordenação do curso (2019). Portanto, se comparados com os dados do universo da pesquisa (quadro 1), verifica-se que a participação, em termos de gênero, nos projetos PROBEX ofertados pelo DFC, reflete que a participação dos discentes nos projetos se dá de forma equitativa à proporção de homens e mulheres matriculados no curso.

No âmbito da pesquisa, de acordo com as informações coletadas ainda em relação ao gênero dos participantes, foram dadas quatro opções: feminino, masculino, prefiro não me identificar e outros. As duas últimas opções não se obtiveram respostas, 65% se declararam como do gênero feminino, enquanto 35% do gênero masculino, conforme gráfico 1:

**Gráfico 1: Com qual gênero você se identifica?**



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Se compararmos ao universo da pesquisa (Quadro 1), o percentual de extensionistas do gênero masculino é de 56,41%, enquanto 43,59% corresponde ao gênero feminino. Nesta pesquisa, observa-se que as discentes do PROBEX estiveram mais disponíveis para responder ao questionário.

Verificou-se que 90% dos respondentes estão na faixa etária entre 16 a 25 anos, enquanto apenas 10% entre 26 e 35 anos. Isso reflete o que empiricamente se observa nos alunos de Ciências Contábeis.

Do total dos sujeitos da pesquisa, obteve-se que cinco são bolsistas e 15 voluntários o que corresponde, respectivamente, a 25% e 75% da amostra, tais dados, quando comparados ao universo da pesquisa (quadro 1), mostram que o percentual de voluntários é ainda maior em 7%. Observou-se um maior compromisso dos bolsistas em responder os questionários, como também, a restrita oferta de bolsas, isso em decorrência de questões orçamentárias da universidade.

Como visto no quadro 1, os projetos PROBEX ofertados pelo DFC são prioritariamente na área de educação, embora existam projetos vinculados às áreas de comunicação, justiça e direitos humanos e saúde. Cem por cento (100%) das respostas obtidas, com relação à área de atuação do projeto foram na área de educação, tal dado pode indicar que todos os respondentes devem participar de projetos desta área.

Nos quesitos voltados a percepção acerca da responsabilidade social, tentou-se identificar inicialmente o nível do entendimento sobre o tema. Foi proposta uma questão de múltipla escolha com 11 alternativas, abordando os principais tópicos salientados pela ISO 26000, análogos aos objetivos do desenvolvimento sustentável orientado pela ONU. E obteve-se o seguinte resultado conforme tabela 1:

**Tabela 1: Percepção dos extensionistas sobre temas trabalhados na RS**

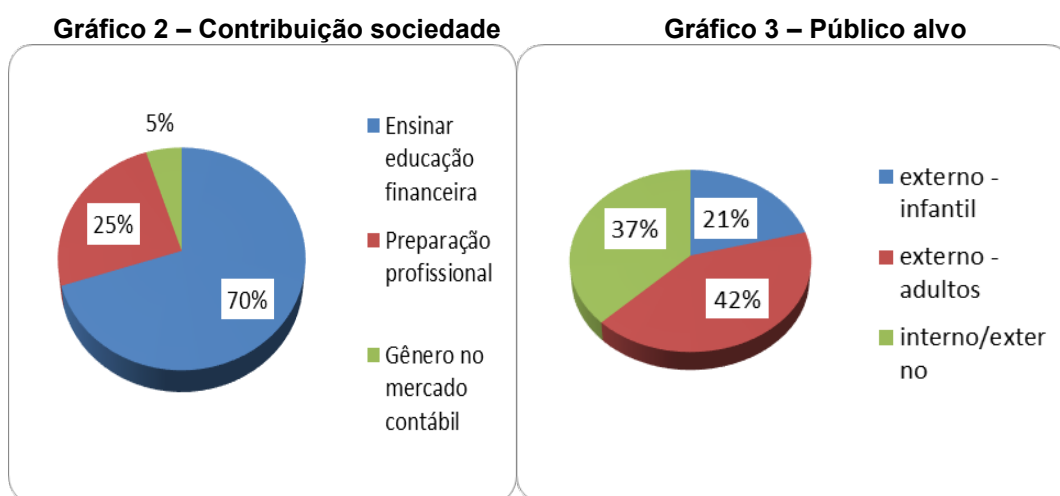
<b>Alternativas</b>	<b>Percentual (%)</b>
1. Preocupações com o meio ambiente	85%
2. Educação e Cultura	60%
3. Envolvimento e Desenvolvimento da comunidade	60%
4. Preocupação com a saúde e o bem estar social	60%
5. Políticas organizacionais preocupadas com partes interessadas	55%
6. Diálogo com a sociedade	40%
7. Desenvolvimento e acesso a novas tecnologias	40%
8. Direitos humanos	35%
9. Salários justos e equitativos e igualdade de gênero	30%
10. Direitos civis e políticos	30%
11. Práticas leais de operação e questões relativas ao consumidor	5%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Como mostra a tabela 1, para 85% dos alunos pesquisados, a percepção da RS está ligada a preocupações com o meio ambiente, e 60% veem as questões referentes à: educação e cultura, envolvimento e desenvolvimento da sociedade e preocupação com a saúde e bem-estar social como temas trabalhados.

No tópico 11, referente às práticas leais de operação e relação com o consumidor, que trata questões como: ética nos negócios, corrupção e fraude, apenas 5% percebem o tema como conduta socialmente responsável. Pode-se interpretar que os alunos não compreenderam o significado das práticas leais de operação ou não conseguem identificar tais práticas inerentes à responsabilidade social.

Em resposta à pergunta “na sua opinião qual a contribuição do seu projeto para a sociedade e qual o público alvo (interno ou externo)?”, para fins de análise, as respostas foram agrupadas por temas de como mostra gráficos 2 e o público alvo no gráfico 3.



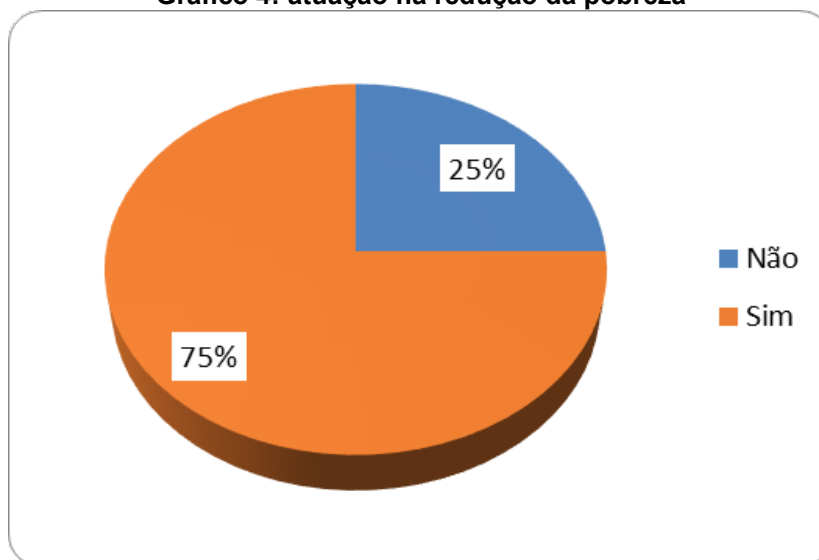
Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Nas temáticas abordadas nesta questão, 70% das respostas apontam o ensino da educação financeira como contribuição para a sociedade, enquanto 25% apresentam a preparação profissional como contribuição e apenas 5% indicam questões de gênero no mercado contábil. Tais respostas indicam que o maior número dos alunos extensionistas pode estar vinculado ao projeto “Educação Financeira para Toda Vida”.

Quanto ao público alvo as respostas, apresentadas no gráfico 3, foram agrupadas em três diferentes categorias: externo infantil, externo adultos e interno/externo, conforme gráfico 4. Tais respostas podem demonstrar que os projetos cumprem o papel da extensão, que justamente se caracteriza pelo diálogo com a sociedade, embora na questão anterior, apenas 40% dos respondentes visualizam dessa forma.

Em resposta à pergunta oito, “O projeto de extensão o qual você é colaborador tem alguma atuação na redução da pobreza? Justifica-se esta pergunta devido ser uma das metas do desenvolvimento sustentável proposto nos ODS, embora exista uma compreensão de que as questões relativas a erradicação da pobreza envolva dimensão política–econômica de impacto social promovido pelas políticas governamentais, 75% dos alunos pesquisados responderam que sim, enquanto apenas 25% acreditam que não. Conforme gráfico 4:

**Gráfico 4: atuação na redução da pobreza**



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

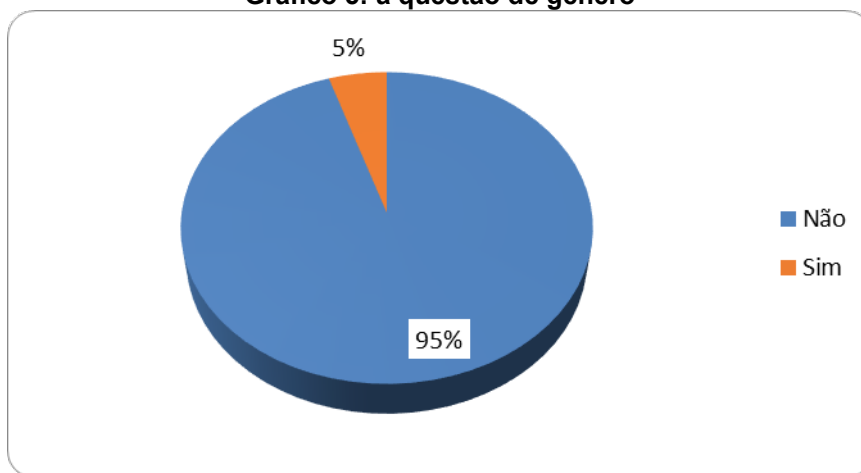
A pergunta foi elaborada em conformidade com os princípios de RS. Em continuidade da pergunta oito abordadas acima, foi questionado “Se sim, de que maneira? ” E “Se não, porque? ”. Para as questões referentes à resposta “sim”, obteve-se que o projeto contribui no combate à pobreza através do ensino sobre educação financeira e controle de gastos e destaca-se as seguintes respostas abertas: “Repassando o conhecimento acerca da educação financeira” (respondente 1); “A educação financeira é uma ferramenta indispensável para o controle das finanças e incentivar o de empreendedorismo”, (respondente 2); “Pois aborda temas

sobre consumidores e estabelece um entendimento sobre a relação existente entre os gastos e as necessidades” (respondente 3).

Dos pesquisados que responderam a alternativa “não”, tivemos como retorno as afirmativas: (respondente 1) “Não acredito que esteja relacionado a pobreza”, (respondente 2); “Contribui com a economia doméstica” e “Porque o mesmo está voltado apenas para levar conhecimento” (respondente 3). Diante do que foi respondido para a alternativa “porque não”, podemos inferir que, mesmo diante das justificativas para não, percebe-se que os trabalhos estão em consonância com os aspectos da RS e pressupostos da extensão.

A questão nove indagou se o projeto aborda temas que envolvem a questão de gênero e apenas 5% dos extensionistas alvo desta pesquisa responderam que sim. Os demais não percebem a questão de gênero incluída nos projetos, de forma que, pode-se deduzir que os respondentes entenderam a pergunta como se fosse diretamente relacionada ao alvo do projeto. Ainda foi perguntado de que maneira o projeto aborda a questão e obtivemos a seguinte argumentação: “Buscando promover discussão sobre questões de gênero na contabilidade, principalmente questões relacionadas às mulheres no mercado” (respondente 7).

**Gráfico 5: a questão de gênero**

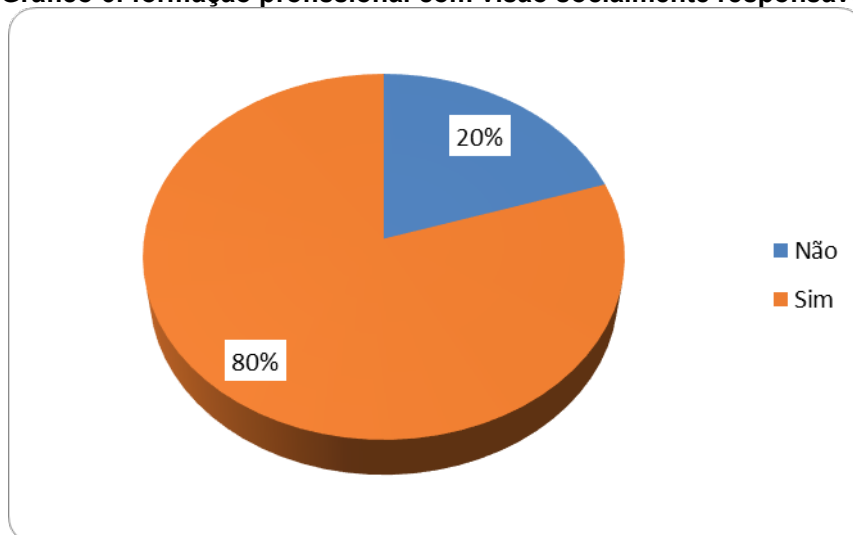


Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Podemos deduzir que em virtude da inexistência de um projeto PROBEX no DFC que atue diretamente com questões de gênero e empoderamento feminino, os discentes não percebiam esse tópico inserido nos projetos.

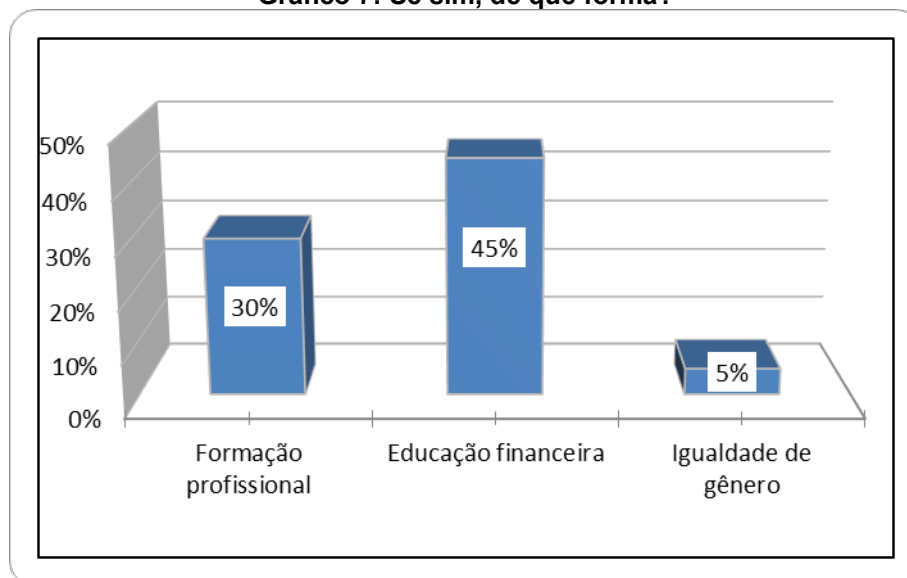
Na questão 10, quando questionados se o projeto atua na formação do profissional com uma visão socialmente responsável, 80% responderam que sim e 20% acreditam que não. Conforme mostra gráfico 6 abaixo:

**Gráfico 6: formação profissional com visão socialmente responsável**



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

**Gráfico 7: Se sim, de que forma?**



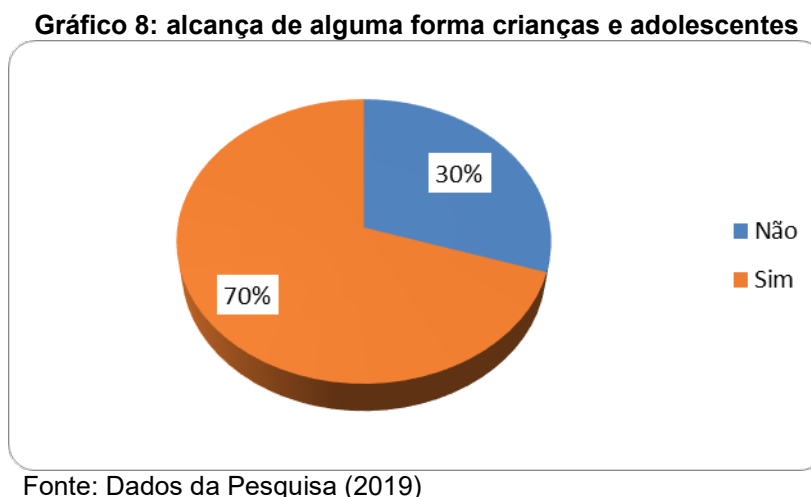
Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Como mostra gráfico 7 acima, a respeito dos 80% referentes as respostas “sim, de que forma”, 50% responderam que contribuem com a formação profissional, melhorando a percepção sobre a importância da educação financeira. 35% afirmam que auxilia na formação profissional, conforme respondente 1: “repassando técnicas



e conhecimentos diversos para os alunos”. 5% responderam que o projeto atua promovendo discussões sobre a conscientização da igualdade de gênero. Diante de tais informações, podemos perceber que os alunos respondentes estão de fato vinculados a área de educação. Os 20% que deram resposta “não, porque”, responderam apenas com a resposta “não” sem justificar ou que “Não atua na formação profissional”.

Em termos de público alvo e corroborando com a ideia do grupo de vulneráveis abordado na ISO e ODS, a pergunta 11 trouxe: “O projeto alcança de alguma forma crianças e adolescentes?”, “se sim, de que maneira?”, “se não, porque?”. Os alunos responderam 70% que sim, enquanto 30% que não, conforme gráfico 8.

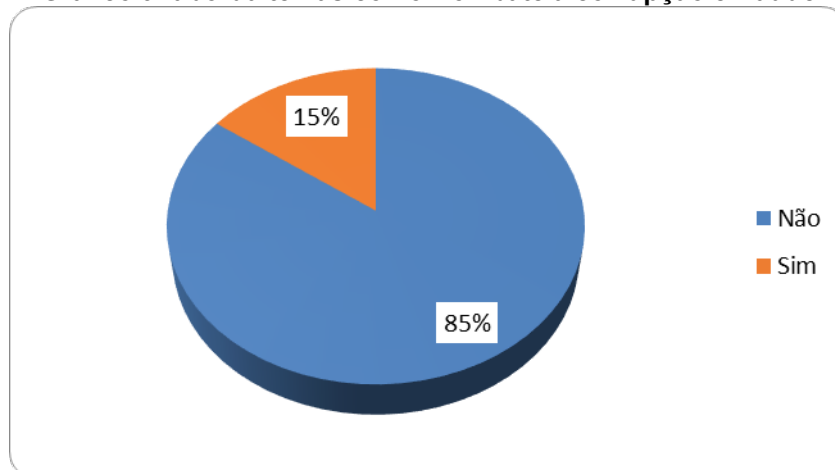


Na perspectiva dos respondentes conforme respostas dadas a questão 11, “se sim, de que maneira? ”, o projeto envolve crianças e adolescentes, discutindo questões para o desenvolvimento da sociedade, ensinando as crianças através de atividades lúdicas, aulas e palestras. Tais respostas sugerem que na percepção dos estudantes pesquisados, o projeto tem um envolvimento com a sociedade, como também implicitamente a preocupação com as gerações futuras.

Em seguida, a questão 12, “O projeto aborda temas como combate a corrupção ou fraude? ”, apenas 15% por cento identificam esse tópico ligado ao projeto ao qual participa. É importante frisar a importância do tema para a sociedade e, em virtude dos sujeitos da pesquisa serem futuros contadores, tal dado pode

indicar que devido a maioria dos respondentes participarem de projetos na área de ensino não consigam perceber o tópico.

**Gráfico 9: aborda temas como Combate a corrupção e fraude**



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os 15% referentes aos alunos que responderam a questão 12, “sim, de que maneira?”, percebemos respostas vagas: “Sobre os elementos de segurança do real”, “uma pessoa bem educada financeiramente, vai ter como entendimento a forma correta de se tratar “perante” o dinheiro, sendo assim, não vai usá-lo de forma errada”, de forma que pode indicar falta de conhecimento sobre o tema.

Na questão 13 foram desenvolvidas alternativas de múltipla escolha que tratavam sobre as práticas cidadãs desempenhadas e que foram observadas pelos extensionistas através dos projetos. Os dados foram agrupados de acordo com as alternativas que obtivemos maior número de respostas, conforme mostra a tabela 2:

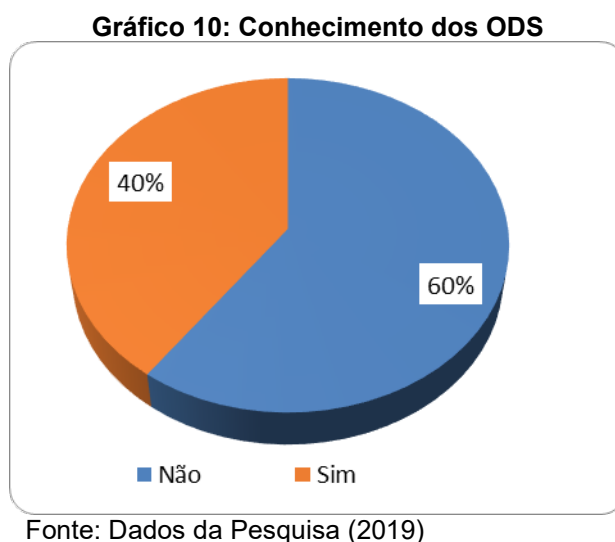
**Tabela 2: Envolvimento dos projetos com as práticas cidadãs**

Práticas Cidadãs	Percentual (%)
Ensino e controle pessoal de finanças	33,33%
Capacitação para o mercado de trabalho	20,00%
Desenvolvimento de competências de forma equitativa	17,78%
Divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos	17,78%
Promoção de melhorias para a saúde e bem-estar	6,67%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

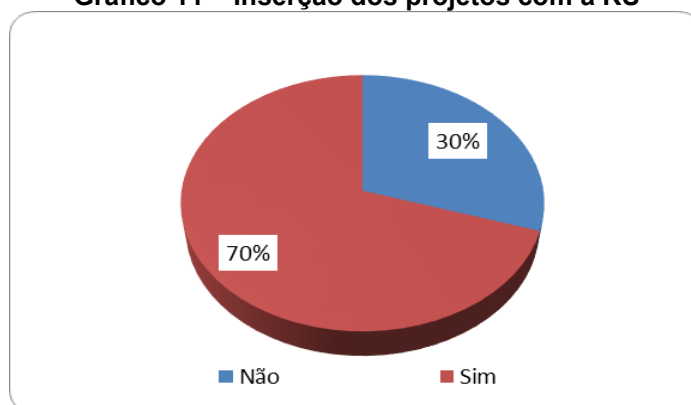
Do mesmo modo que, nas questões anteriores, há uma tendência nas respostas, referente ao ensino e controle pessoal, como pratica vislumbrada em seus projetos com maior evidencia em relação às demais.

Em seguida se inquiriu acerca das leituras sobre RS, com a questão 14, “Você já leu, conhece ou já ouviu falar de algum conceito ou instrumento normativo que norteie como se dá a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável?”, podemos verificar que 60% afirmam desconhecer as leituras sobre o tema, enquanto 40% afirmam conhecer, como mostra gráfico 11:



Dos 40% que afirmam ter conhecimento, quando questionados “se sim, quais?”, obtivemos como respostas que tiveram acesso apenas a leituras de documentos da ONU, ISO e INMETRO. No entanto, um viés para resposta é que no cabeçalho do questionário foi disponibilizado duas citações para melhor contextualizar o tema proposto e identificação do tema por parte dos respondentes. As citações tiveram como fonte o INMETRO e a ISO 26000, respectivamente. O que podemos deduzir dos alunos que responderam “sim, quais” tomaram como base tal informação disponível no questionário.

Em resposta a questão 15, “Você considera que a responsabilidade social está inserida no projeto que você participa?”, 70% afirmam que sim, enquanto 30% afirmam que não, como mostra o gráfico 12:

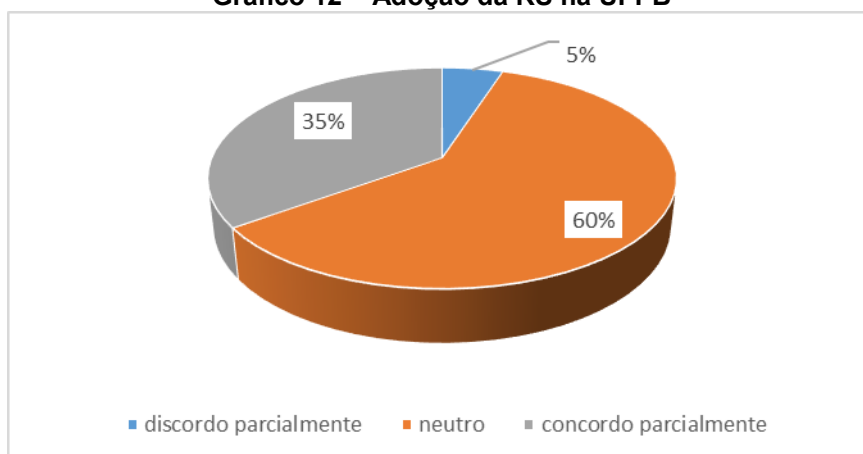
**Gráfico 11 – Inserção dos projetos com a RS**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Na opinião dos alunos pesquisados, cerca de 53% pensam que a RS está incorporada no projeto em caráter educacional, enquanto cerca de 47% creem que trabalha a conscientização econômica. Quando “indagados se sim, como?”, obtivemos as seguintes respostas: “Por meio de conscientização”, “Caráter educacional”, “Controle pessoal das finanças” e “Prega-se a importância do consumo consciente e moderado”.

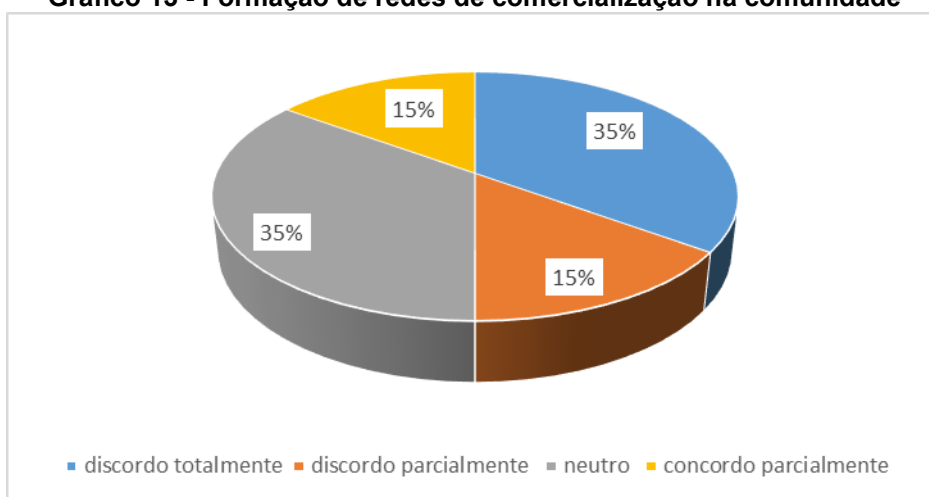
Da mesma forma, para a alternativa “se não, porque?”, referente a questão 15, tivemos as respostas: “Não encontrei essa diretriz ainda”, “O tema abordado é referente a uma prática pessoal”, “Porque nosso foco é educação financeira”. Mediante tais respostas podemos inferir que a visão ampla sobre RS, nos termos da ISO 26000 e ODS, ainda não está clara ou é pouco visualizada para os discentes respondentes.

Na sequência, foram propostas questões de acordo com o grau de concordância através de escala likert. A questão 16 indaga: “A UFPB enquanto instituição pública, em suas ações e demonstrativos segue os princípios da RS?”. Obtivemos que 60% se mantêm neutros diante da questão, isso pode indicar que o respondente não tem conhecimento sobre a adoção da UFPB a esses princípios, também não estão certos de que se tratam tais princípios, bem como, a maneira que são abordados os princípios. 35% concordam parcialmente e 5% discordam parcialmente, conforme mostra o gráfico 12:

**Gráfico 12 – Adoção da RS na UFPB**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

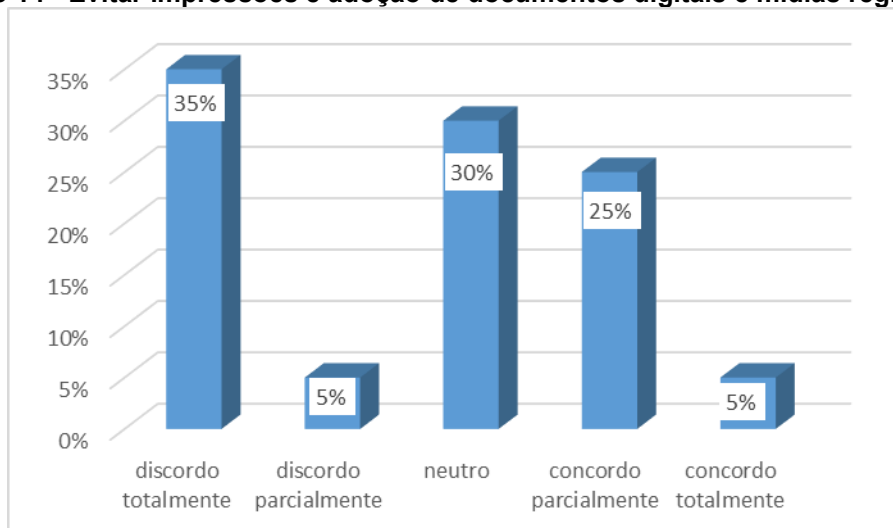
A questão 17 aborda as pequenas atitudes executadas costumeiramente, de forma cotidiana, incentivando práticas socialmente responsáveis na dinâmica dos projetos. Foi proposto continuar a temática adiante, na seção “Pequenas atitudes importam”, e todas as respostas foram obtidas através de a escala likert. Alguns enunciados: formação de redes de comercialização na comunidade, evitar impressões e adoção de documentos digitais e utilização de mídias regraváveis (drives, USB, FTP's, nuvem), de redes sociais para divulgação de eventos e temas relevantes, promove a inclusão de forma geral, seja ela de gênero, racial ou portadores de necessidades especiais.

**Gráfico 13 - Formação de redes de comercialização na comunidade**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Pondera-se que 50% dos extensionistas discordam que essa seja uma ação adotada pelos projetos. O que infere a dificuldade das próprias comunidades em dialogar umas com as outras e agirem de forma colaborativa. O fato de 35% se manterem neutros também indica que o diálogo precisa ser melhorado, conforme o gráfico 13 na página anterior.

**Gráfico 14 - Evitar impressões e adoção de documentos digitais e mídias regraváveis**

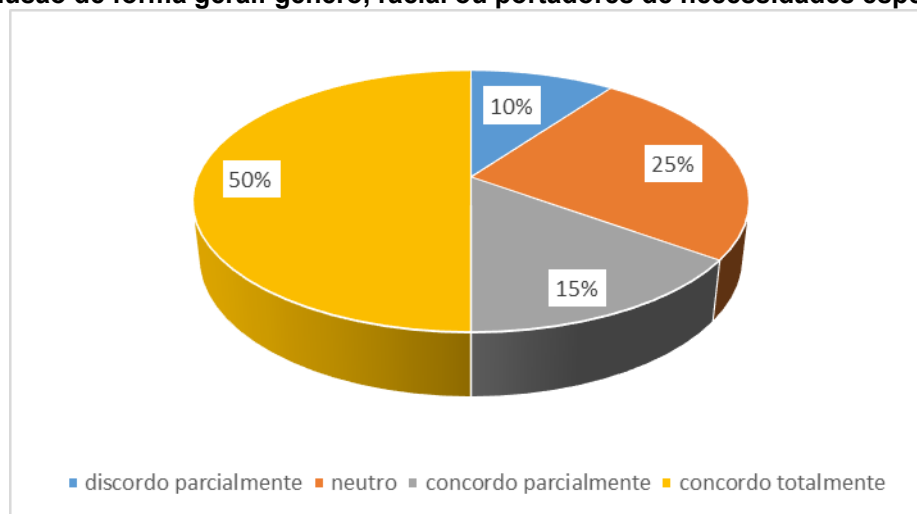


Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Conforme evidenciado no gráfico 14 acima, dos discentes que responderam proposição sobre evitar impressão e adoção de mídias regraváveis e utilização de documentos digitais, em torno de 40% discordam que tal iniciativa seja uma atitude adotada no projeto, enquanto 30% se mantiveram neutros, e apenas 30% conseguem perceber que essa atitude é adotada como prática costumeira.

Porém, no tópico “Utilização de redes sociais para divulgação de eventos e temas relevantes”, 75% dos respondentes concordaram totalmente com a afirmativa. O que podemos dizer que, de fato, cada vez mais se utilizam as mídias e sistemas informatizados até mesmo para divulgação das ações de extensão como *News Letter*, Instagram, etc.

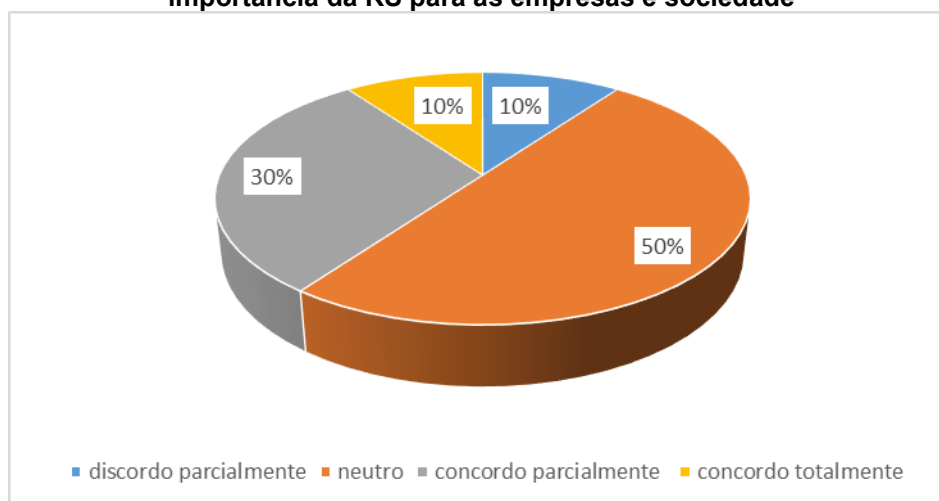
**Gráfico 15 -  
inclusão de forma geral: gênero, racial ou portadores de necessidades especiais**



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Neste quesito houve uma melhor percepção da temática com 65% concordando com essa inclusão, reforçada digamos pela proporcionalidade do gênero dos projetos já identificada anteriormente, como demonstrado acima no gráfico 15.

**Gráfico 16 - empresas e sociedade tem consciência da importância da RS Conscientização da importância da RS para as empresas e sociedade**



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observando-se o gráfico 16 acima, o número de extensionistas que concordam com essa conscientização de parte das empresas totaliza 40%, o que remete de fato a dificuldades em perceber a importância. 50% se manifestar neutro é um percentual relevante, podendo indicar que não tem uma percepção clara

quanto a essa temática, o que poderia ser mais explorado nas atividades de extensão.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo descrever a percepção dos extensionistas, do curso de ciências contábeis, sobre a atuação dos projetos PROBEX propostos pelo Departamento de Finanças e Contabilidade sobre o tema Responsabilidade Social.

A pesquisa foi desdobrada em dois objetivos específicos: verificar a aplicabilidade dos princípios da ISO 26000 na extensão universitária e pesquisar sobre o nível de conhecimento que esses alunos têm sobre a temática responsabilidade social no contexto dos projetos aos quais estão vinculados.

Para isso tomou-se como base os princípios inseridos na ISO 26000 que traça diretrizes para a responsabilidade social e que também estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável contidos na agenda 2030, ambos os documentos da ONU.

A pesquisa teve boa aceitação, pois os alunos tiveram a possibilidade de expressar as suas percepções. O questionário permitiu traçar um breve perfil dos pesquisados. A proporcionalidade de gênero em relação ao curso está mantida, mas mais mulheres responderam à pesquisa e 90% dos extensionistas são jovens entre 16 e 25 anos.

Com base nos resultados, constatou-se que as temáticas abordadas neste trabalho e intrínsecas à responsabilidade social, tais como: ensino; capacitação profissional e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, são percebidas pelos estudantes como práticas desenvolvidas nos projetos. Porém, outros tópicos importantes evidenciados nesta pesquisa: redução da pobreza, combate a corrupção e fraude, questões de empoderamento feminino e questões de gênero, na percepção dos discentes estudados, são de pouca compreensão. Fato este que pode ser trabalhado futuramente entre os extensionistas.

Essa pesquisa alcançou seus objetivos, pois foi possível apresentar uma interpretação da percepção dos alunos extensionistas sobre a RS tomando como base os seus projetos. Além disso, também foi possível identificar quais as ações da extensão, sob a ótica dos alunos, estão mais evidentes entre eles.



Destaca-se também uma limitação neste estudo, como por exemplo, a participação de extensionistas matriculados apenas no curso de Ciências Contábeis e, além disso, a participação de grande número de participantes vinculados ao mesmo projeto de extensão, podendo tornar a amostra tendenciosa.

Um estudo dessa natureza pode trazer contribuições para traçar novas ações de extensão, buscando trabalhar os temas e atender as demandas da sociedade local dialogando com a mesma, como pressupõe a extensão universitária, também para verificar a visualização de possíveis temas para novos projetos de extensão.

Apesar das limitações existentes, tem-se a expectativa de que esta pesquisa possa contribuir para uma maior consciência da importância da RS, bem como servir de estímulo para futuras pesquisas destinadas à responsabilidade social e extensão universitária.

## REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR ISO 26000**: Diretrizes em Responsabilidade Social. São Paulo, nov. 2010.

ACCOUNTABILITY - INSTITUTE OF SOCIAL AND ETHICAL ACCOUNTABILITY. **AA1000 AccountAbility Principles (AA1000AP) 2018**. Disponível: <http://www.accountability.org/standards/>. Acesso em: 27 set. 2018.

BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The Modern Corporation and privateproperty**. New Brunswick, Nova Jersey, 1932.

BOLAN, V.; MOTTA, M. V. da. Responsabilidade social no ensino superior. Responsabilidade Social. *In*: **ABMES**, vol.3, nº.3, p.11-20, 2008.

BRASIL. **Capítulo 36 da Agenda 21**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/c36a21.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.005/2014 - **Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024**. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UFPB**. Ministério da Educação. 2015.

DAHLSRUD, Alexander. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *In*: **Corporate Social-Responsibility and Environmental Management**, vol. 15, nº.1, p. 1–13, 2006.

ELKINGTON, J. Governance for Sustainability. *In*: **Corporate Governance: An International Review**, vol. 14, nº. 6, p. 522-529, 2006.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da Fala do Outro ao Texto Negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. *In*: **Revista Paidéia**, vol. 14, nº. 28, 2004.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 09.abr. 2019.

IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <http://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>. Acesso em: 21 ago. 2018.

INMETRO. **Compreendendo a Responsabilidade Social**. ISO 26000 E ABNT NBR 16001. Brasil, 2015. Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/o-que-iso.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/o-que-iso.asp). Acesso em: 30 set. 2018.

ISO. **ISO 26000 - Social Responsibility**. Suíça: ISO, 2010. Disponível em: <https://www.iso.org/iso-26000-social-responsibility.html>. Acesso em: 19 mar. 2018.

KOCMANOVÁ, A.; HŘEBÍČEK, J.; DOČEKALOVÁ, M. Corporate Governance and Sustainability. *In: Economics and Management*, vol. 16, p. 543-550, 2011.

LA JARA, M. J.; FONTECILLA, J. M. de F.; TRONCOSO, C. D.. Responsabilidade social universitária: uma experiência inovadora na América Latina. *In: Revista Estudos*, vol. 24, nº. 36, 2006.

LOPES, H. E. G.; BERNARDES, P.; LARA, L. de C. Governança corporativa e desempenho: um estudo em empresas de capital aberto no Brasil. *In: Revista Economia & Gestão*, vol. 9, nº. 19, p. 26-43, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NEVES, José Avenzoar Arruda das. **Sujeito, direitos humanos e cidadania coletiva**: o direito ao trabalho decente como garantia da dignidade do indivíduo. Orientador: Marconi Pimentel Pequeno. 2015. 67 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 –2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

PAIVA, Annuska Macedo Santos de França. **A responsabilidade social das empresas produtoras de petróleo**: a regulação social como garantia de desenvolvimento. Orientadora: Maria Luiza P. de Alencar Mayer Feitosa. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PENA, Thiago José Silva. **Determinantes da sustentabilidade empresarial**: uma análise de empresas listadas no Dow Jones Sustainability World Index e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA. Orientadora: Renata Paes de Barros Camara. 2017. 64 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RODRIGUES, Valéria Maria. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. *In: Revista Educação e Políticas em Debate*, vol. 4, nº. 2, ago./dez. 2015.

SILVA, Elyeni do Nascimento. **Responsabilidade Social nas ações de extensão do Programa de iniciativas negras: Trocando Experiências.** Orientadora: Joana Coeli Ribeiro Garcia. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SÍVERES, L. (org). **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem.** Brasília: Liber Livro, 2013.

SOBRINHO, José Dias. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado.** Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UFPB. **Departamento de Finanças e Contabilidade – Corpo Docente.** Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/departamento/professores.jsf?id=1332>. Acesso em: 14 abr. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 16ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

## APÊNDICE

### Parte I- Perfil do (a) respondente

**Questão 1:** Com qual gênero você se identifica? \*

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro \_\_\_\_\_

**Questão 2:** Faixa etária

- ☐ 16 até 25 anos
- ☐ 26 até 35 anos
- ☐ 36 até 45 anos
- ☐ acima de 46

**Questão 3:** Em que curso está matriculado? \*

- ☐ Ciências Contábeis
- ☐ Administração
- ☐ Atuariais
- ☐ Gestão Pública
- ☐ Economia
- ☐ Relações internacionais
- ☐ Biblioteconomia
- ☐ Arquivologia

**Questão 4:** Você é colaborador no projeto como:\*

bolsista (☐)

voluntário (☐)

**Questão 5:** Qual a área de atuação da extensão o projeto está vinculado? \*

(☐) Educação

(☐) Trabalho

(☐) Tecnologia e produção

(☐) Saúde

(☐) Meio ambiente

(☐) Direitos Humanos

(☐) Justiça

(☐) Cultura

(☐) Comunicação

## Parte II: Percepção sobre Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável

Para responder as questões abaixo, ler atentamente as assertivas a seguir:

“Em contexto internacional, o debate sobre temas como direitos humanos, direito do trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável entre os países-membros das Nações Unidas, acarretou a reformulação da ideia de responsabilidade social com relação às organizações de todos os setores sociais” (INMETRO, 2018).

“O entendimento é que responsabilidade social se aplica a todos os tipos e portes de organizações: privadas públicas ou organizações sem fins lucrativos, sejam pequenas, medias ou grandes. Como também aos indivíduos dentro das organizações” (ISO 26000, 2010).

Diante das afirmações, como você poderia responder as questões abaixo:

**Questão 6:** Qual (ais) das alternativas abaixo refletem seu entendimento acerca da responsabilidade social e desenvolvimento sustentável? \*

- ☐ Políticas organizacionais preocupadas com partes interessadas
- ☐ Direitos humanos
- ☐ Salários justos e equitativos e igualdade de gênero
- ☐ Direitos civis e políticos
- ☐ Práticas leais de operação e questões relativas ao consumidor
- ☐ Preocupações com o meio ambiente
- ☐ Desenvolvimento e acesso a novas tecnologias
- ☐ Educação e cultura
- ☐ Envolvimento e desenvolvimento da comunidade
- ☐ Outras \_\_\_\_\_

**Questão 7:** Na sua opinião, qual a contribuição do seu projeto para a sociedade e qual o público alvo (interno/ externo)? \*

Resposta:

---

---

---

---

**Questão 8:** O projeto de extensão o qual você é colaborador tem alguma atuação na redução da pobreza? \*

☐ sim, De que forma? \_\_\_\_\_

☐ não

**Questão 9:** O projeto de extensão trabalha a questão de gênero? \*

☐ sim , De que forma? \_\_\_\_\_

☐ não

**Questão 10:** O projeto de extensão atua na formação profissional com uma visão socialmente responsável? \*

☐ sim, De que forma? \_\_\_\_\_

☐ não

**Questão 11:** O projeto de extensão alcança de alguma forma crianças e adolescentes? \*

☐ sim, Descreva \_\_\_\_\_

☐ não

**Questão 12 :** O projeto de extensão aborda temas como combate a corrupção e fraude? \*

☐ sim, descreva \_\_\_\_\_

☐ não

**Questão 13 :** Das alternativas abaixo, quais práticas cidadãos o projeto contempla: \*

☐ ensino e controle pessoal de finanças



- ☐ tolerância, respeito e empoderamento das mulheres
- ☐ desenvolvimento de competências de forma equitativa
- ☐ promoção de ações para melhoria do meio ambiente
- ☐ promoção de melhorias para a saúde
- ☐ capacitação para o mercado de trabalho
- ☐ Outros

Descreva:

“No Brasil, a ONU Meio ambiente trabalha para disseminar informações sobre acordos ambientais, programas, metodologias e conhecimentos nos temas ambientais relevantes” (ONU - Meio ambiente, 2018)

**Questão 14:** Você já leu, conhece ou já ouviu falar de algum conceito ou instrumento instrutivo/ normativo que norteie como se dá a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável? \*

- ☐ sim
- ☐ ISO
- ☐ INMETRO
- ☐ ONU
- ☐ outros \_\_\_\_\_
- ☐ não

**Questão 15:** Você considera que a responsabilidade social é abordada nos projetos de extensão que você participa? \*

- ☐ sim como? \_\_\_\_\_
- ☐ não Porque? \_\_\_\_\_

Numa escala de 1 a 5, onde 1 significa que você discorda totalmente e 5 concorda totalmente você concorda:

**Questão 16:** A UFPB enquanto instituição pública, em suas ações e demonstrativos segue os princípios da responsabilidade social? Assinale \*

- ☐ concordo totalmente
- ☐ concordo parcialmente
- ☐ neutro
- ☐ discordo totalmente
- ☐ discordo parcialmente

**Questão 17:** Pequenas atitudes importam. as ações abaixo são incentivadas pelo seu projeto de extensão: \*

- formação de redes de comercialização na comunidade;
- evitar impressões e adoção de rascunhos digitais;
- utilização de redes sociais para divulgação de eventos e temas relevantes;
- incentivar o consumo consciente;

- ☐ concordo totalmente
- ☐ concordo parcialmente
- ☐ neutro
- ☐ discordo totalmente
- ☐ discordo parcialmente

**Questão 18 :** As empresas e a sociedade estão tomando consciência da importância da responsabilidade social? \*

- ☐ concordo totalmente
- ☐ concordo parcialmente

☐ neutro

☐ discordo totalmente

☐ discordo parcialmente